

Apreço pelo local de residência

Dos conceitos básicos à sua operacionalização

Pedro GOMES¹; Jorge CARVALHO¹; João MARQUES¹; Carina PAIS¹

¹Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, Universidade de Aveiro
Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro
+351 234 372 484, serranogomes@ua.pt (correspondent author), jcarvalho@ua.pt,
jjmarques@ua.pt, pais@ua.pt

Palavras-Chave: benefícios de formas de ocupação urbana, apreço pelo local de residência, atributos de formas de ocupação urbana e sua representação

Introdução

As cidades contemporâneas têm conhecido profundas alterações, desde logo pela crescente urbanização da população, mas também na sua morfologia. Às antigas cidades contínuas e compactas contrapõem-se cidades emergentes onde as relações sociais e espaciais são transformadas pela mobilidade e a construção se interpenetra crescentemente com espaços vegetais, originando uma ocupação fragmentada e dispersa.

Este fenómeno – o da ocupação dispersa dos territórios urbanos – tem sido alvo de amplo debate, marcado pela apresentação de argumentos a favor e contra a dispersão, ainda que nem sempre com grande prova ou rigor.

Para alguns, a dispersão significa contacto com a natureza, espaço e intimidade e permite aquisição de habitação a preços mais baixos. Para outros, significa simulacro da natureza, isolamento e anonimato, maiores consumo de solo e custos de infra-estrutura e número de deslocações e uma maior dependência do automóvel particular.

Esta comunicação insere-se num projecto de investigação que, assumindo a ocupação dispersa como uma forma de ocupação do território à escala local, visa confrontá-la, da forma mais objectiva possível, com outras (compactas e dispersas), de forma a redigir recomendações para o seu ordenamento.

O projecto detém, pois, um carácter operativo, visando a comparação entre custos (de mobilidade e de infra-estrutura) e benefícios de cada forma de ocupação, quantificando-os com recurso a um algoritmo.

A presente comunicação apresentará sumariamente trabalho, de teor conceptual e metodológico, no âmbito da quantificação e mensuração do vector dos benefícios (maiores desenvolvimentos do mesmo em [1]).

Benefícios de formas de ocupação urbana: da Qualidade de Vida ao apreço pelos locais de residência

Partiu-se para a investigação com o pressuposto de que os benefícios eventualmente associados às formas de ocupação dispersa consistiriam em ganhos na Qualidade de Vida (QdV) dos seus residentes. Por conseguinte, a investigação iniciou-se com uma problematização deste mesmo conceito.

Constatou-se a sua multidimensionalidade, bastante mais abrangente que os benefícios decorrentes das formas de ocupação urbana, o objecto de análise da investigação. Por conseguinte, adoptou-se a expressão *apreço pelos locais de residência* como o alvo da análise a levar a cabo. Este apreço, denotando preferências individuais por diferentes formas de ocupação, é apenas parte integrante do mais lato conceito de QdV.

Para além da sua abrangência, verificou-se que, mesmo quando a análise da QdV se restringe ao impacto e à valoração das características dos territórios na vida dos indivíduos, as formas de ocupação têm uma relevância bastante diminuta. As características da região ou área metropolitana e da habitação têm um impacto significativamente maior que a escala do bairro. Nesta última, importam sobretudo aspectos relacionados com a percepção da criminalidade e as relações de vizinhança. [2]

Consequentemente, entendeu-se que a análise se não deveria centrar sobre locais concretos, antes abstractos, uma vez que a probabilidade do apreço pelos mesmos ser enviesado por características dos seus residentes, da oferta imobiliária na área ou do seu enquadramento num espaço regional mais alargado seria bastante grande. Estes locais abstractos foram concretizados na figura do Pedaco de Território Tipo, que será apresentada mais à frente.

Operacionalização do conceito: função de utilidade

O conceito foi operacionalizado através de uma função de utilidade (ver equação 1), na qual o apreço pelos locais de residência é colocado na dependência de um conjunto de atributos e da sua importância relativa para a explicação do indicador agregado. Assim, é também possível aferir os parâmetros de apreço por grupos de opinião, incluindo grupos sociais e por local de residência.

$$ALR_i = f(\alpha_{ik} A_{ik}) \quad (1)$$

A operacionalização desta equação é feita através da aplicação de um inquérito aos residentes nas áreas de estudo, as Cidades Alargadas de Aveiro-Ílhavo e de Évora. Aos inquiridos pediu-se o *ALR* para diferentes combinações de *A* (apresentados na Tabela 1). Posteriormente, com recurso a métodos econométricos (modelos de regressão estatísticos) foram estimadas as respectivas ponderações α .

A operacionalização definida requer, então, que as formas de ocupação urbana abstractas para as quais se procura saber o apreço sejam particularizadas num conjunto discreto de atributos.

Para o efeito, criou-se a figura abstracta do Pedaco de Território Tipo, que representa uma realidade morfotipológica homogénea, uma dada localização e dotação funcional. Assume-se como uma combinação abstracta e não necessariamente plausível de atributos. A escolha do termo Pedaco, aparentemente pouco rigoroso, frisa precisamente que se trata de uma “quantidade separada ou não de um todo”, coadunando-se com a sua dimensão variável e com o facto de se poder integrar no todo da cidade contínua ou de se constituir como fragmento, mais ou menos isolado, da Cidade Alargada [3].

Mesmo tendo em conta estas restrições ao objecto de análise, o número de atributos passíveis de caracterizar estes Pedacos Tipo permanece bastante grande. A viabilização do processo de inquirição exige, no entanto, um número restrito de Pedacos Tipo. Este foi fixado em dezasseis¹, formados pela combinação de três atributos com quatro concretizações cada.

Operacionalização do conceito: atributos de Pedacos de Território Tipo e sua representação

A definição dos atributos seguiu dois caminhos paralelos. De um lado, partiu-se da multiplicidade de atributos caracterizadores de locais de residência (entendidos de forma abstracta) para identificar aqueles simultaneamente diferenciadores de locais e relevantes para as escolhas individuais. Do outro, da generalidade de indicadores de QdV, identificaram-se os de expressão territorial e associáveis a locais de residência. Deste confronto elegeram-se seis atributos, com duas concretizações cada², apresentados na Tabela 1.

Definidos os atributos, emerge a questão “como inquirir?”. Na presente comunicação apenas se abordarão com algum detalhe os aspectos relacionados com a representação dos Pedacos Tipo.

Uma descrição exclusivamente textual dos Pedacos foi posta de parte, pelo seu teor abstracto, o cariz erudito de alguns dos conceitos por detrás dos atributos e por alguns destes ganharem expressão sobretudo quando combinados. Por outro lado, uma representação exclusivamente gráfica poderia fazer algumas diferenças subtis entre eles pouco notáveis. Assim, optou-se por uma combinação de ambas, simplificando a descrição textual face ao constante na Tabela 1, para garantir maior clareza do inquérito.

A representação gráfica dos pedacos foi orientada pela noção de neutralidade, também para garantir maior clareza do inquérito: a imagem deverá ser o mais neutra

¹ A utilização do método do Quadrado Latino permite a obtenção da valoração de um maior número de Pedacos do que aquele de facto inquirido. Em concreto, o método permite que se obtenha informação relativa à combinação de x concretizações de três atributos (x^3 pedacos, portanto) inquirindo somente x^2 pedacos. Assim, a inquirição de 16 Pedacos (4^2) fornece informação sobre 64 (4^3)

² Relembre-se que o método exige três atributos com quatro concretizações cada. Assim, os atributos serão emparelhados dois a dois, mas essa combinação não tem qualquer significado, obedecendo apenas a exigências metodológicas.

possível, destituída ao máximo de conotações e recorrendo a um conjunto restrito de elementos gráficos, combinados de forma simples, permitindo uma leitura relativamente intuitiva e a apreensão gradual do léxico utilizado. Apenas o atributo “proximidade a comércio e equipamentos” não integrou graficamente estas imagens, pela dificuldade e por introduzir ruído, por ser um atributo de localização relativa do pedaço.

A Figura 1 apresenta exemplos destas representações.

Atributo	Concretização
Contexto ou grau de urbanização da envolvente	Envolvente (quase) totalmente urbanizada (infra-estruturada, edificada)
	Envolvente predominantemente agro-florestal
Proximidade a equipamentos e comércio local	Até 10 minutos
	Mais de 10 minutos a pé
Mistura de usos do Pedaço	Sossegado, (quase) exclusivamente habitacional
	Movimentado, com mistura funcional e/ou tráfego de passagem
Morfologia do Pedaço	Clássica: edifícios contínuos, à face da rua, fechando quarteirão
	Modernista: edifícios (e/ou bandas de edifícios) soltos entre si
Logradouro (individual ou colectivo)	Logradouro pequeno (área de referência 30 m ² /fogo) ou inexistente
	Logradouro médio ou grande (áreas de referência de 150 m ² //fogo e 500 m ² /fogo, respectivamente)
Tipologia do edifício	Unifamiliar ou bifamiliar
	Colectivo (mais de dois fogos)

Tabela 1: Atributos caracterizadores de locais de residência utilizados





Figura 1: Exemplos de representações de Pedços de Território Tipo

O dispositivo experimental do inquérito, ele próprio complexo e inovador, não será aqui detalhado e pode ser conhecido em [1]. Sucintamente, consiste na valoração, pelo inquirido, da sua habitação no Pedço Tipo correspondente. Segue-se a ordenação dos restantes Pedços em função da sua preferência. Por fim, solicita-se a valoração da sua habitação em quatro Pedços diferentes (os dois extremos da ordem definida e dois intermédios). O valor dos restantes Pedços seria posteriormente aferido por interpolação.

Agradecimentos

O Projecto “Custos e Benefícios, à escala local, de uma Ocupação Dispersa”, coordenado por Jorge Carvalho, é financiado com fundos do FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência do Projecto FCOMP-01/0124/FEDER/007040).

Referências

- [1] **Batista, P. Castro, E. e Marques, J.** (2010), Preferências declaradas para a localização residencial. Actas do 16.º Congresso da APDR, Funchal, Julho, APDR, pp. 977-994.
- [2] **Gomes, C. et al.** (2008), A multidimensionalidade do conceito de Qualidade de Vida. *Sociedade e Território*, 42, pp. 137-146
- [3] **Carvalho, J., Pais, C. e Gomes, P.** (2011, no prelo), Identificação e Caracterização de Unidades Territoriais de Escala Local. J. Carvalho e A. Cancela d’Abreu, *A Ocupação Dispersa no Quadro dos PROT e dos PDM*, DGOTDU, Lisboa.

